

Proteção social não contributiva sob a perspectiva da infância e da equidade: Bahrein¹

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

O Reino do Bahrein é um país insular no Golfo Pérsico e com pequenas dimensões territoriais. Com aproximadamente 1,4 milhões de habitantes, o Bahrein possui a segunda menor população da região, após o Djibuti. No ano de 2016, um quarto da população (334.791) era menor de 18 anos, enquanto 7,5 por cento (106.770) eram crianças de 0 a 5 anos. Mais da metade da população bahreinense é composta por não nacionais provenientes, em maioria, do sudeste asiático.

O Bahrein é considerado um país de renda alta e apresenta um elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (0,824), o que o posiciona em 47º lugar entre 188 países. Não existe uma linha de pobreza nacional no país. Ainda sim, as estimativas mais aproximadas a esta são as de baixo padrão de vida — que, para o ano de 2013, indicaram que 11 por cento da população vivia nesses padrões.

O país galgou um importante progresso na área de saúde infantil: o índice de mortalidade infantil caiu de 23 para 6 mortes por 1.000 nascidos vivos, desde o ano de 1990 até 2015. Alcançou-se a cobertura universal para educação primária em 2000, e o percentual de matrícula da população em idade escolar para o nível secundário atingiu 90 por cento em 2006. O Ministério da Educação promoveu o ensino isento de taxas diretas para todos os estudantes matriculados em escolas públicas no país.

Nos últimos anos, a economia do Bahrein foi atingida diretamente pela queda do preço do petróleo. Em 2016, o *deficit* fiscal do país era estimado em 18 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a dívida do governo alcançou 82 por cento do PIB, no mesmo ano. Em resposta, o governo introduziu diversas reformas fiscais, que incluíam, por exemplo, a redução de subsídios e o aumento de taxas cobradas em serviços essenciais prestados pelo governo, como os de atenção à saúde primária.

Benefícios de segurança social estão disponíveis para trabalhadores dos setores privado e público (prestação contributiva), incluindo pensões por aposentadoria por idade ou por deficiência física. Contudo, os não nacionais possuem acesso limitado a esse sistema. De maneira similar, boa parte dos serviços de assistência social só está disponível para aqueles com nacionalidade do Bahrein. O direito à nacionalidade é estritamente regulado, e as mulheres nacionais casadas com estrangeiros enfrentam limitações ao direito de dar cidadania aos seus descendentes.

Em 2008, o governo lançou a Visão Econômica 2030, que enfatiza a relevância de se melhorar a assistência social. O comprometimento do governo com a promoção de políticas de proteção social foi enfatizado também no Programa de Ação do Governo para 2015 a 2018, que prevê ações e políticas norteadas pelo princípio da equidade e que estabelece que a reforma do sistema de subsídios deve beneficiar primordialmente os grupos mais vulneráveis. Entre as áreas e as iniciativas citadas, estão as políticas de habitação, o empoderamento de famílias de baixa renda e os programas assistencialistas para população idosa, crianças e pessoas que vivem com alguma deficiência física. O Ministério do Trabalho e do Desenvolvimento Social é o principal agente de promoção dos programas de proteção social à população.

O *Social Assistance Scheme* é a principal iniciativa de proteção à população vulnerável no país. O benefício é regulado pela Lei nº 18 de 2008, que detalha a prestação do benefício de transferência de renda sem condicionais para famílias de nacionais com baixa renda (estabelecida nesta lei como menor de BHD 1.000). O benefício também alcança outros grupos vulneráveis, como órfãos, pessoas idosas, mulheres viúvas e divorciadas, famílias cujo principal provedor está detido em prisão e pessoas com deficiência. O valor da transferência é proporcional ao número de pessoas na família. Ainda, o Ministério do Trabalho e do Desenvolvimento Social provê apoio emergencial às famílias que sofrem perdas materiais, como, por exemplo, no caso de incêndios.



O Bahrein foi o primeiro país da região a introduzir um programa de seguro desemprego, em 2006. O benefício é organizado em dois componentes: um, de natureza contributiva, está disponível para trabalhadores dos setores privado e público para o caso de perda do trabalho; o segundo, não contributivo, é pago aos jovens a procura do primeiro emprego, pelo período máximo de 6 meses. No total, 3.045 jovens receberam o benefício no ano de 2010, dos quais 70 por cento eram mulheres. No país, a taxa de desemprego entre mulheres (em especial mulheres jovens) é mais alta — de 13,4 por cento, comparada a de 2,9 por cento entre homens.

Como em outros países na região, políticas de subsídio para alimentos, água, eletricidade e combustível provocaram um significativo encargo no orçamento fiscal do governo. Atualmente, o sistema de subsídios está passando por reformas, e os preços de derivados do petróleo aumentaram 60 por cento em janeiro de 2016. Tais ajustes também se estendem à área de alimentos, visto que, em 2015, os subsídios para carnes foram removidos. De maneira compensatória, o governo aumentou o apoio para famílias por meio das transferências monetárias. Ainda estão disponíveis subsídios para água e energia, embora existam planos para reduzi-los.

Desde 2000, os beneficiários de programas de assistência são elegíveis para o sistema de tarifas reduzidas de água e eletricidade, promovido pelo Ministério de Eletricidade e Água e de acordo com um Decreto Real de 1999. Adicionalmente, o Ministério de Habitação oferece um programa de moradia social (*Social Housing Programme*) para famílias de baixa renda. Entre 1999 e 2010, mais de 36.000 serviços de apoio à habitação foram prestados, o que inclui 13.500 unidades habitacionais, a um custo de BHD 150 milhões.

O Reino do Bahrein atingiu um alto padrão de desenvolvimento humano. Os programas de assistência social para famílias de baixa renda e outros grupos vulneráveis apresentam características sensíveis ao bem-estar de crianças, como o aumento do valor do benefício de acordo com o número de membros na família. Contudo, como os benefícios são, muitas vezes, limitados às famílias nacionais do Bahrein, pode-se inferir que mais da metade da população do país possui acesso restrito aos programas de seguridade social. Ainda, a baixa disponibilidade de dados deve ser vista com atenção, uma vez que dificulta a elaboração de estimativas de cobertura dos programas existentes e enfraquece, conseqüentemente, os esforços para obtenção de informações relacionadas ao sistema de proteção e garantia de bem-estar de crianças no país.

Nota:

1. Este *One Pager* foi retirado de um estudo detalhado, resultante de uma parceria entre o IPC-IG e a UNICEF MENARO. Todos os dados mencionados estão completamente referenciados no relatório completo: MACHADO, A. C., BILO, R., OSORIO, R. e SOARES, F. *Overview of Non-contributory Social Protection Programmes in the Middle East and North Africa (MENA) Region through a Child and Equity Lens*. Brasília e Amã: International Policy Centre for Inclusive Growth e UNICEF Regional Office for the Middle East and North Africa, 2018 <<https://goo.gl/QfmKwK>>.